SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

03/03/2015 - Instituto Telecom

Nossa Opinião - A democratização da mídia e a Petrobras

Quando ocorreu a privatização das telecomunicações, em 1998, um dos principais argumentos da mídia, capitaneada pela Rede Globo, para defender o leilão do Sistema Telebras, era de que as empresas de telefonia eram cabides políticos e ineficientes. Nunca foi destacada a revolução que representou para o país a criação da Telebrás, em 1972, e do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CPqD), em 1976, para a geração de tecnologia própria em telecomunicações. Situação idêntica o país vive hoje diante do ataque massivo que sofre a Petrobras, nossa principal empresa nacional e uma das mais importantes do mundo.

O Sistema Telebrás - sucateado, pulverizado e finalmente destruído com a privatização -, havia reduzido os custos de produção e instalação de equipamentos, a dependência de importações e permitido a transferência de tecnologias para as indústrias brasileiras. Em meados da década de 1980, a participação das empresas de capital nacional nas compras da Telebras chegava a 47%, cifra expressiva se for considerado que cerca de dez anos antes praticamente inexistiam firmas de telecomunicações originalmente brasileiras. Neste modelo, foram obtidos preços comparáveis com o mercado internacional, qualidade de acordo com padrões internacionais, uma indústria competitiva e uma grande concentração de esforços em desenvolvimento tecnológico.

E a Petrobras?

A mesma mídia que se empenhou para destruir o Sistema Telebras, alinhando-se em sentido contrário ao desenvolvimento nacional, busca agora destruir uma empresa que, nas palavras do ex-senador Saturnino Braga, "é um verdadeiro símbolo da capacidade brasileira, da competência técnica e gerencial dos brasileiros, um símbolo do Desenvolvimento do Brasil. Um símbolo, sim, da afirmação nacional capaz de silenciar o cantochão derrotista dos que nunca acreditaram no Brasil, e acachapar o grupo dos espertos que se associaram aos interesses da dominação, nutrida do atraso do País".

Assim como a Telebras possuía o CPqD, a Petrobras possui o Cenpes (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento), um dos complexos de pesquisa aplicada mais importantes do mundo, com laboratórios avançados e salas de simulações e imersão em processos da indústria de energia. "As descobertas no pré-sal estão entre as mais importantes em todo o mundo na última década. A província pré-sal é composta por grandes acumulações de óleo leve, de excelente qualidade e com alto valor comercial. Uma realidade que nos coloca em uma posição estratégica frente à grande demanda de energia mundial", informa a Petrobras.

O que está em jogo é a independência política e econômica do Brasil diante das grandes potências mundiais. E isso a grande mídia, porta-voz dos interesses internacionais e dos grupos que apostam contra o Brasil, não aceita.

Não podemos deixar que destruam a Petrobras como fizeram com a Telebras. Nesse momento, é fundamental defender a nossa principal empresa nacional e, ao mesmo tempo, a democratização da mídia. O país precisa ter conhecimento de todas as visões, todas as opiniões, todos os argumentos que estão em disputa. Os brasileiros não podem se manter reféns de uma mídia monopolista e golpista.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

02/03/2015 - Telesíntese

Banda larga: primeiro leilão reverso deve acontecer em dezembro.

Subsídio do Fistel vai cobrir toda rede de transporte; mas rede de acesso só nas periferias das cidades com mais de 100 mil habitantes. Na maioria das cidades brasileiras o incentivo à construção de redes de acesso será por meio de financiamento do BNDES, em condições mais favoráveis e com criação de fundo garantidor.

O governo acelera as discussões internas para lançar, se possível em abril, a nova fase do Plano Nacional de Banda Larga, que pretende levar fibra óptica, por meio da rede de transporte, para 90% dos municípios brasileiros e, por meio da rede de acesso, para 40% dos domicílios do país. O programa está desenhado e a fase, agora, é de acerto final entre os órgãos envolvidos: ministérios das Comunicações, Fazenda e Planejamento e bancos públicos.

Se tudo correr dentro do cronograma desenhado, o primeiro leilão reverso – modalidade em que a empresa que oferecer menor preço ganha – deve acontecer em dezembro. Pela primeira vez, o setor de telecom contará com recursos públicos do Fistel para expandir a infraestrutura de rede.

O Ministério das Comunicações já contratou a consultoria para levantar os custos das redes a serem implantadas (transporte e acesso), o retorno do investimento, e as situações em que o VPL (Valor Presente Líquido) será negativo. Quando isso ocorrer, a diferença será coberta por recursos do Fistel, o fundo de fiscalização das telecomunicações que as operadoras pagam pelas estações e terminais móveis em operação. Os maiores contribuintes são as operadoras móveis.

Regiões metropolitanas

Como há limitação de recursos, o governo decidiu que só vai subsidiar a construção da rede de acesso nas periferias das médias e grandes cidades (mais de 100 mil habitantes), que concentram o maior contingente de domicílios do país sem acesso à internet e onde a insatisfação com a precariedade dos serviços púbicos é maior. "Isso ficou claro nas manifestações de junho de 2013", lembra um dos envolvidos na formulação do programa.

Em todas as demais cidades, o apoio à expansão da rede de acesso pela iniciativa privada será dado por meio de linha de financiamento do BNDES com condições semelhantes às da linha Finame (a que financia a compra de máquinas e equipamentos). Além de prazo de carência maior e juros mais baixos, a grande reivindicação dos provedores regionais, que são os que operam nas cidades menores, diz respeito às garantias exigidas pelos bancos, que eles não conseguem atender.

Para superar esse impasse, será criado um fundo garantidor específico para as empresas participantes do programa – em sua maioria de pequeno porte. O decreto que cria o fundo deverá ser uma das iniciativas que comporão o lançamento do programa.

Essa segunda fase do programa é ambiciosa, mas não vai cobrir todos os municípios. De acordo com levantamento da Associação Brasileira de Provedores de Internet e Telecomunicações (Abrint), com a linha de financiamento do BNDES e o fundo garantidor os provedores regionais conseguirão atender com fibra, 12 milhões de residências no interior do país, onde é possível ter retorno do investimento. As demais terão que ser atendidas por outras tecnologias e por outros programas que vierem a ser implementados.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

02/03/2015 - Portal Vermelho

Ministério destinou R$ 5 bilhões para 26 mil postos de saúde

O Ministério da Saúde já destinou R$ 5 bilhões para a reforma e construção de 26 mil Unidades Básicas de Saúde (UBS) em 5 mil municípios brasileiros. A ação faz parte do Programa Requalifica UBS, que tem como objetivo melhorar as unidades de saúde existentes, além de possibilitar a construção de novas unidades para ampliar o atendimento à população pelo SUS.

Criada em 2011, a iniciativa permite que sejam firmadas parcerias com os municípios para que os gestores locais possam estruturar seus postos de saúde e oferecer melhor atendimento à população. Atualmente, 22,7 mil obras estão em andamento ou já foram concluídas. A previsão é que outras 14 mil unidades entrem em obras nos próximos anos.

No Brasil, 40,6 mil UBS estão em funcionamento, sendo responsáveis pelo atendimento da população que reside na área de abrangência da Unidade. O setor é responsável pela resolução de até 80% dos problemas de saúde e tem recebido prioridade nos investimentos do governo federal. Uma prova disso é o investimento atual na atenção básica, que dobrou nos últimos quatros anos, alcançando R$ 20 bilhões em 2014. A gestão das UBS é responsabilidade das Prefeituras, com apoio técnico e financeiro do Ministério da Saúde.

O governo federal, em parceria com os Municípios, também tem investido na ampliação dos profissionais que prestam atendimento nos postos de saúde. Atualmente, há 39.064 equipes de Saúde da Família, crescimento de 135% quando comparado a 2002, quando foram registradas 16.698 equipes.

Também houve crescimento expressivo no número de agentes comunitários de saúde (ACS), atualmente em 265.272, um aumento de 49% se comparado a 2002, quando foram registrados 175.463 agentes.

A população coberta pelas equipes de Saúde da Família também teve um crescimento importante de 120%, passando de 54,9 milhões de pessoas em 2002 para 120,5 milhões em 2015. Também houve crescimento de 40,5% na cobertura feita pelos agentes comunitários de saúde, que saltou de 90,6 milhões de pessoas em 2002 para 128,5 milhões.

Iniciativas

O Ministério da Saúde desenvolve uma série de outras ações para apoiar o aperfeiçoamento e ampliação da atenção básica. Um exemplo é o Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ AB), que, desde 2011, já avaliou e qualificou mais de 29 mil equipes profissionais de saúde em mais de 5 mil municípios.

Outra ação é o programa Mais Médicos, lançado em 2013, que ampliou a assistência na atenção básica ao fixar médicos nas regiões com carência de profissionais. Até o final do ano passado, 14.462 médicos foram enviados para 3.785 municípios, beneficiando 50 milhões de brasileiros. Além de suprir a demanda dos municípios, a iniciativa está associada a investimento na infraestrutura, citada acima, e formação profissional.

Com essas iniciativas, o Ministério da Saúde cumpre o seu papel de ser parceiro dos municípios em todas as frentes, oferecendo as condições necessárias para que a estrutura, o atendimento e a qualificação melhorem continuamente por meio de projetos de abrangência nacional, fortalecendo os mecanismos de controle e a transparência do SUS.

Transparência

O governo federal também investe na transparência para reforçar o monitoramento e controle social das construções, reformas e ampliações de UBS.

Com a criação do Sistema de Monitoramento de Obras (SISMOB), o Ministério da Saúde passou a disponibilizar as orientações mínimas necessárias à elaboração do projeto básico de arquitetura, visando a qualidade e padronização das obras. Essas orientações estão baseadas em normativas já vigentes de órgãos como Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O Sistema possibilita comparativos do planejado e do executado de cada obra, assim como suas fases e etapas, podendo o gestor comparar o cronograma pré-definido da obra com o andamento real. Todo o histórico da obra, juntamente com as imagens fotográficas, pode ser visualizado pelo sistema. Também permite que o gestor seja sinalizado por meio de alertas quando alguma etapa da obra estiver em caminho crítico ou em atraso, melhorando a qualidade da informação.

Financimento

O incentivo federal para a construção de Unidades Básicas de Saúde (UBS) leva em conta o porte da unidade, variando entre a UBS Porte I, no valor de R$ 408 mil, e o porte IV, de R$ 773 mil. Para receber o recurso, o município ou o Distrito Federal deverá cadastrar sua proposta junto ao Ministério da Saúde. Já no financiamento das obras de ampliação e reforma, o município encaminha uma proposta que deve estar limitada a um teto previsto em portaria.

No caso dos projetos de ampliação, os valores a serem destinados pelo Ministério da Saúde podem variar entre R$ 50 mil a R$ 250 mil. E para os projetos de reforma, o incentivo federal alterna a depender da metragem da unidade, sendo entre R$ 30 mil e R$ 350 mil.

Os repasses financeiros do Ministério da Saúde para Atenção Básica tem uma parte fixa per capita – Piso de Atenção Básica Fixo- PAB Fixo, e uma parte variável – PAB Variável, que depende da adesão dos Municípios aos programas federais como, por exemplo, o programa Saúde da Família, Agentes Comunitários de Saúde, Saúde Bucal, entre outros.

Além disso, são utilizados critérios epidemiológicos, considerando as características de doenças transmissíveis ou crônicas existentes em cada região. Todas as transferências são feitas diretamente pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) para os fundos municipais e estaduais de saúde, a quem competem gerenciar a verba.

03/03/2015 - Carta Capital

HSBC: Receita Federal investiga brasileiros suspeitos

Coordenador de investigação do fisco afirma que casos de brasileiros presentes no "Swissleaks" estão sob análise; Coaf teme ilegalidade de provas

Apesar do atraso em se interessar pelo assunto, a Receita Federal do Brasil começa a identificar os brasileiros com contas suspeitas no braço do HSBC em Genebra (Suíça) criado exclusivamente para milionários. O caso foi revelado por uma investigação liderada pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, ICIJ na sigla em inglês, que identificou 106 mil clientes que podem ter utilizado essas contas para se livrar do fisco de 203 países.

Primeiro a receber uma lista com 342 dos 8.667 correntistas ligados ao Brasil, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) destacou 12 pesquisadores que, por três meses, encontraram 60 brasileiros em seus registros, 15 sob suspeita. Esses nomes foram levados à autoridade policial e à Receita na semana passada.

A checagem, então, foi reiniciada no órgão pelo coordenador-geral de Pesquisa e Investigação da Receita, Gerson Schaan, destacado para vasculhar essas contas. Em uma semana, sua equipe encontrou 160 nomes nos arquivos. Alguns deles já estão na mira. Schaan menciona um correntista com 1 milhão de dólares na Suíça que declarou patrimônio de 200 mil reais no Brasil. "Temos um indício. Essa conta foi separada", explica Schaan a CartaCapital. Ele se recusa a revelar o número de suspeitos identificados porque o trabalho ainda não terminou. "Só vamos analisar os nomes que apresentarem algum indício. Eu não vou perder meu tempo se alguém tem 10 mil lá fora e patrimônio de 2 milhões aqui."

Para o pesquisador, o Brasil dificilmente reaverá o dinheiro, mas os culpados serão multados de acordo com o montante enviado para o exterior. Ele explica que só há repatriação quando a fonte do dinheiro for comprovadamente ilícita, como propina e tráfico de drogas. "Aí o Ministério Público abre um processo penal."

Outro empecilho é a prescrição dos crimes, ocorridos entre 2006 e 2007. Enquanto evasão de divisas e lavagem de dinheiro têm prazo prescricional de 12 e 16 anos, respectivamente, a possibilidade de condenação por crime fiscal expira em cinco anos. Para os brasileiros que se encaixarem nesses casos, Schaan pretende fazer uma varredura em crimes desse tipo cometidos por esses correntistas em anos mais recentes.

Presidente do Coaf, Antonio Gustavo Rodrigues não demonstra otimismo quando questionado sobre os desdobramentos do caso no País. "No Brasil existe um conceito jurídico que anula qualquer conclusão resultante de uma prova conseguida ilegalmente", diz ele ao lembrar que o material foi retirado do banco por Hervé Falciani, um ex-funcionário do HSBC, e entregue a autoridades francesas em 2008. "Uma ação do Ministério Público com base em uma lista roubada de um banco pode terminar em nada por aqui. Agora, pode ser que algum procedimento ganhe vida se conseguirmos provas por canais oficiais."

Como é mínima a possibilidade de que isso ocorra, a Receita brasileira pediu a lista completa às "autoridades europeias". O governo francês passou a compartilhar o vazamento com outros países que demonstraram interesse a partir de 2010. Esse não foi o caso do Brasil, que só se voltou ao assunto quando o chamado SwissLeaks veio à tona, em 8 de fevereiro deste ano. "Eu iria perguntar para quem? Só tomei conhecimento do assunto há dez dias", garante Schann. "A notícia de que havia brasileiros surgiu agora."

Sem previsão para receber o documento, a Receita aguarda a avaliação europeia dos acordos de cooperação internacional para fins tributários. Assim como a Receita, o Coaf nem cogita a possibilidade de divulgar os nomes que constam nas listas, tanto a parcial com a completa. Questionado pela reportagem, Rodrigues admite que é comum imaginar que "ter conta fora é coisa de bandido", mas que isso não é necessariamente verdade. "Você gostaria de ver seu nome no jornal se um funcionário do seu banco conseguisse os dados de correntistas e você fosse um deles? O fato de ter conta na Suíça ou no exterior não é crime."

02/03/2015 - RBA

Previdência Social paga indenização aos 'soldados da borracha'

Pagamento soma R$ 289 milhões, para 11.890 beneficiários, incluindo dependentes

O Ministério da Previdência Social anunciou hoje (2) um depósito no valor de R$ 289 milhões para os chamados "soldados da borracha", seringueiros que atuaram na extração de látex durante a Segunda Guerra Mundial. São no total 11.900 beneficiários, com indenização de R$ 25 mil cada. Dependentes também têm direito ao pagamento. "A indenização foi determinada como forma de reconhecimento pelo nobre serviços que esses trabalhadores prestaram ao país", afirmou o ministro Carlos Gabas.

A maior parte dos que receberão o pagamento está no Acre: 6.895. Em seguida, vêm Amazonas (1.817) e Rondônia (1.637). A indenização foi autorizada por meio da Emenda Constitucional 78, de maio do ano passado.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

03/03/2015 - Carta Capital

"Imposto sobre grandes fortunas renderia 100 bilhões por ano"

Especialista estima que a taxação de patrimônios acima de um milhão de reais poderia render um valor equivalente ao da extinta CPMF

Único dos sete tributos federais previstos nas Constituição sem regulamentação até hoje, o imposto sobre grandes fortunas pode sair do papel em um momento no qual o governo federal busca ampliar sua arrecadação. Vista como alternativa à esquerda, após um ajuste fiscal iniciado pela retirada de direitos trabalhistas, a proposta voltou à tona com o sucesso do livro do economista francês Thomas Piketty, O Capital No Século XXI, para quem não discutir impostos sobre riqueza é loucura.

Mestre em Finanças Públicas e ex-secretário de Finanças na gestão da prefeita Luiza Erundina em São Paulo, Amir Khair é especialista no assunto. Em entrevista a CartaCapital, Khair calcula que a taxação de patrimônios poderia render aproximadamente 100 bilhões de reais por ano se aplicada, em uma simulação hipotética, sobre valores superiores um milhão de reais. "Quando você tem uma sociedade com má distribuição de riqueza, você tem uma atividade econômica mais frágil. O imposto sobre grandes fortunas (...) teria uma arrecadação semelhante àquela que tinha a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). Portanto bem acima até do ajuste fiscal pretendido pelo governo", afirma.

CartaCapital: O livro de Thomas Piketty trouxe, mais uma vez, a discussão do imposto sobre grandes fortunas. Por que o senhor acha que essa proposta ainda é vista como uma pauta de esquerda, sendo que está prevista na Constituição?

Amir Khair: Pergunta interessante essa. Por que está na Constituição e é uma pauta de esquerda? Talvez a Constituição represente uma regra de convívio social na qual a população de menor renda tenha um pouco mais de acesso aos bens de democracia. A democracia prevê um regime de maior equilíbrio social. Prevê um regime do governo para o povo, de interesse do povo. Quando você estabelece na Constituição um imposto sobre grandes fortunas, que no fundo, independente do nome, é um imposto que visa alcançar riqueza, você está contribuindo para uma melhor distribuição dela entre a população. Esse foi o objetivo dos constituintes em 1988. O que não se esperava é que o próprio Congresso que aprovou isso seja o Congresso a não aprovar a regulamentação desse tributo. E a razão é muito simples. Por que o Congresso não aprova? Porque os congressistas quase sem exceção seriam atingidos por essa tributação. Quando eles são atingidos, eles não aprovam nenhuma mudança tributária que os atinja. Essa é a razão central pelo fato de, ao longo de todos esses anos, não ter sido regulamento o imposto.

CC: O imposto sobre grandes fortunas é o único dos sete tributos previstos na Constituição que ainda não foi implementado. Então não é só a influência dos mais ricos, mas o fato do Congresso ser também uma representação da camada mais rica da população?AK: É uma visão curto-prazista, no sentido que você estaria defendendo o interesse dos mais ricos, mas na essência você estaria prejudicando até a essência dos mais ricos. Quando você tem uma sociedade com má distribuição de riqueza, você tem uma atividade econômica mais frágil. Eu não tenho o consumo usufruindo no potencial que ele tem. Quando você tem o consumo usufruindo o potencial que ele tem, você tem mais produção, mais riqueza de uma forma geral e é claro que os mais ricos se apossam melhor dessa riqueza gerada. Quando você tem má distribuição de riqueza ou de renda, você tem uma atividade econômica mais restrita e consequentemente menos faturamento nas empresas, menos lucro.

CC: Nesse início de segundo mandato, o governo Dilma optou por fazer um reajuste fiscal e reviu o acesso a alguns direitos dos trabalhadores, como o seguro-desemprego. Mas agora cogita a possibilidade de regulamentar o imposto sobre a riqueza. Na opinião do senhor, o imposto sobre grandes fortunas poderia ter o mesmo peso, ou até um impacto melhor, para o ajuste das contas do governo, sem que fosse necessário mexer nos direitos trabalhistas?

AK: Se aplicado com uma alíquota média de 1% sobre aquilo que são os bens das pessoas, teria uma arrecadação semelhante àquela que tinha a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira), que foi extinta. E tem, portanto, um poder arrecadador forte. Hoje eu estimo em cerca de 100 bilhões de reais/ano. Portanto bem acima até do ajuste fiscal pretendido pelo governo.

CC: Portanto, seria uma alternativa a todas essas medidas que o governo vem tomando desde o início do segundo mandato e que desagradaram trabalhadores e movimentos sociais?

AK: Sim, eu acho que seria uma medida desenvolvimentista em essência porque não atinge aquilo que é essencial aos trabalhadores, portanto aquilo que se traduz efetivamente em consumo. Quando você corta direitos dos trabalhadores você corta consumo automaticamente. Cortando consumo, você corta faturamento e o lucro delas. Então você paralisa o País também ao fazer isso. Essas medidas que o governo está adotando, independente do fato que você tem que ter rigor fiscal, e rigor fiscal não se toma com essas medidas do governo, estão muito aquém do rigor fiscal necessário ao País. Essas medidas travam o crescimento. Ao travar o crescimento, cai a arrecadação pública. Ao cair a arrecadação pública, o objetivo do governo de atingir sua meta não será atingido.

CC: Quais as consequências e como o senhor avalia a postura do governo de fazer corte nesses benefícios trabalhistas?

AK: É uma atitude um pouco simplista, uma atitude que não resolve. Como eu falei, quando você corta na base da pirâmide social você diminui consumo e, portanto, diminui a própria arrecadação pública. Então uma coisa anula a outra, ou até pior do que anula. Pode acontecer como aconteceu no passado. Você tem um déficit muito maior das contas públicas e não resolve. O governo teria uma alternativa muito mais eficaz, muito mais forte, muito mais rápida, muito mais factível, caso reduzisse as despesas com juros. Os juros no ano passado corresponderam a 6% do PIB [Produto Interno Bruto] e isso gerou um rombo nas contas públicas. Quer dizer, o que deu um rombo nas contas públicas foram os juros. E o Brasil é um dos campeões mundiais de juros. O Brasil tem sempre sobre a questão fiscal um ônus de 6% do PIB, quando no mundo todo gira em torno de 1%. Então quando você tem uma conta anormal por consequência dos juros, a providência mais normal, óbvia, é você atacar essa questão. Essa é a questão central e é fácil de atacar. Como você ataca? Reduzindo a Selic [taxa básica de juros]. A Selic está muito acima do padrão internacional, o padrão internacional das taxas básicas de juros é a inflação do País. Nós estamos com seis pontos acima da inflação na Selic. Quando você reduzir isso para a inflação do País, essa conta de juros cai rapidamente e, ao cair rapidamente, você faz um ajuste fiscal sério, para valer. Muito diferente do que o governo está propondo.

CC: Segundo Piketty, o imposto sobre grandes fortunas poderia ser atrelado à diminuição da carga tributária sobre o consumo. Como o senhor enxerga essa proposta?

AK: Na realidade, você tem o seguinte: o Brasil tem uma distorção tributária muito grande porque taxa em excesso o consumo e subtributa o patrimônio e a renda. Consequentemente você faz com que os preços no Brasil de diversos bens fiquem majorados em torno de 50%. Então uma pessoa vai comprar um bem, ela está pagando o valor sem os impostos mais 50% de impostos ligados ao consumo. Quando você tem uma tributação mais equilibrada, como nos países desenvolvidos, essa tributação sobre o consumo não excede 30%. Então você tem bens a preços melhores para o consumo da população. Quando você tem imposto sobre grandes fortunas entrando no compto tributário, você permite aliviar uma parte dessa tributação do consumo sem sacrificar a arrecadação pública. E, quando você faz isso, você está tomando medidas pró-crescimento. E medidas pró-crescimento repercutem do ponto de vista fiscal na melhoria da arrecadação e, portanto, na parte mais saudável das finanças públicas.

CC: Na sua opinião, qual deve ser o valor mínimo de patrimônio a ser taxado para que apenas os ricos sejam atingidos?

AK: Há várias propostas em discussão com relação à tributação. Eu acho que você deve isentar uma parcela da população. Com patrimônios de cerca de um milhão de reais você já tira dessa tributação 95% ou 98% da população brasileira. Então essa tributação vai incidir em 2% ou 5% da população. E, ao estabelecer essa tributação, você não precisa colocar alíquotas elevadas, essas alíquotas podem ficar no nível de 1% no máximo e ter, ainda assim, esse potencial de arrecadação que eu falei, com 100 bilhões de reais/ano.

CC: Além de regulamentar o imposto sobre grandes fortunas, Piketty fala ainda na importância de taxar a herança. O senhor concorda?

AK: A tributação da herança é além da questão da tributação das grandes fortunas. É prevista na Constituição e é de fato usada no Brasil. Representa em torno de 4% de tributação sobre o valor da herança. No mundo todo essa tributação é acima de 30%. No Brasil é muito baixo e a razão é a mesma que falei: isso [aumento da tributação] não passa nas assembleias legislativas e não passa no Congresso. Essa alíquota de 4% é uma das mais baixos do mundo. Então se você tivesse uma tributação sobre herança no nível internacional, por volta de 30%, você estaria também aliviando impostos sobre consumo e consequentemente melhorando atividade econômica e arrecadação pública.

CC: Quanto o aumento dessa alíquota sobre a herança poderia gerar a mais de arrecadação? Há alguma estimativa?

AK: Não tem no momento isso. A tributação sobre herança é conhecida como Imposto sobre Transmissão Causa Mortis, imposto que pertence exclusivamente aos estados e, se você aumentasse, melhoraria arrecadação dos estados. Os estados têm poder, independentemente do governo federal, de mudar esse percentual de 4%, mas nenhum governador tem interesse em fazer isso porque nenhum governador representa os interesses efetivos da população na questão tributária.

CC: Em um debate sobre o assunto, o jurista Ives Gandra se colocou contra o imposto sobre grandes fortunas ao justificar que a medida causaria a fuga de grandes patrimônios para outros países ou paraísos fiscais. O senhor acredita que isso pode acontecer? Como regular para que não haja fuga de patrimônio?

AK: Eu queria saber que patrimônio que iria para outros países. E se for, que vá. Será bom até que vá. O que interessa é que o grosso do patrimônio fica no nosso País. E os que pensam que vão lucrar com essa questão de sair do País se enganam porque nos outros países o Imposto de Renda não é tão baixo como aqui, com 27,5%, a alíquota mais baixa do mundo. Em outros países é 40%, 50%, 60%. Então se alguém pensa que vai para outro país para se dar bem...pode ser que exista alguma ilha no mundo, mas talvez não caiba tanta gente.

CC: Quer dizer que a legislação tributária aqui é tão branda quando se trata de patrimônio e renda que em qualquer País os ricos seriam mais prejudicados?

AK: Eu acho que sim. Esse argumento é muito fraco, quase ninguém mais usa ultimamente porque na realidade essa ameaça de que vão sair do País não se concretiza. É muito boa [para os ricos] essa questão tributária. Pessoas que têm mais renda, mais riqueza, são muito bem agasalhos pela legislação do Brasil.

CC: O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que chegou a fazer uma proposta de imposto sobre grandes fortunas em 1989 recuou dessa ideia há algum um tempo ao dizer que o valor estipulado por ele, anos antes, para servir de linha de corte poderia atingir a classe média. O valor, atualizado, era algo em torno de 940 mil reais. Quase o mesmo que o senhor propõe. Esse valor atinge a classe média?

AK: É uma classe média alta. Se você olhar bem a distribuição de renda, é classe média alta e aquilo que falei sobre 95% da população estar fora disso é real. Então acho que o ex-presidente FHC se engana. É normal ele se enganar quando trata de questões de interesse da população.